

Pelúcio, uma opção socialista

Seu nome todo é José Oscar Pelúcio Pereira. Idade, 57 anos. Profissão, advogado sindical dos empregados de qualquer categoria que necessitem de seus préstimos. Ploneiro em Brasília, onde chegou no final de 1959, ele agora resolveu se candidatar à deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista — PDT. Nascido em Baependi, no sul de Minas Gerais, Pelúcio acredita poder contar com o apoio da colônia mineira do DF.

Crítico, o candidato entende que “a próxima Constituinte não será a que nós desejávamos, pois o ideal seria que fosse convocada com a finalidade exclusiva de discutir e elaborar a nova Constituição”. “Acha, ainda, que as eleições para a Assembleia Constituinte, junto com a escolha dos governadores, facilitam a atuação do poder econômico, “que naturalmente passa a financiar candidaturas de prepostos seus, que limitam suas campanhas aos temas regionais, ocultando sua verdadeira face.”

Pelúcio defende, ainda, o estabelecimento de uma economia efetivamente independente e emancipada da tutela do FMI, uma distribuição mais equitativa de renda, bem como “um rígido disciplinamento para os investimentos estrangeiros e uma rigorosa limitação para a remessas de lucro ao exterior”.

José Oscar Pelúcio comeu o pão que o diabo amassou durante o regime arbitrário que vigorou em nosso País por mais de vinte anos. Em 1970, foi sequestrado por policiais em frente ao edifício Ceará, no Setor Comercial Sul, e amargou muito tempo nos porões da ditadura, sofrendo todos os tipos de sevícias. O seu caso teve repercussão na época que

um editorial foi publicado na primeira página do jornal New York Times. Mesmo assim ele não desistiu da luta. E nada mais esclarecedor do que um texto de Brecht para definir a vida de Pelúcio: “Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida: estes são imprescindíveis”.

Esta semana, ele conversou com o CORREIO BRAZILIENSE:

— Alguma proposta específica para os trabalhadores na futura Constituição?

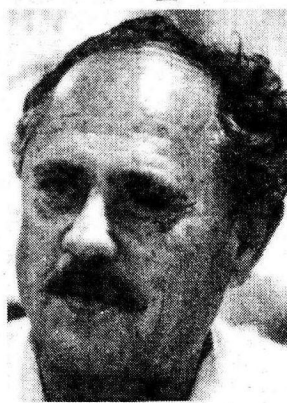
— “A minha preocupação é com os trabalhadores do campo e da cidade. Com relação ao homem do campo a proposta fundamental é a reforma agrária no País, que dê as terras dos grandes latifundiários aos que nela trabalham. A reforma agrária é fundamental, inclusive, para que se faça do outro lado uma verdadeira reforma urbana, que só será possível se se estancarem o exodo rural.

— E com relação a dívida externa?

— “É público e notório que nós já pagamos essa dívida muitas vezes. No entanto, como a prática internacional é de honrar os compromissos assumidos, achamos que é preciso que se encontre uma saída viável e digna. E me parece que a solução mais viável seria a de declararmos a moratória unilateral, como ato de soberania nacional. Nós sabemos que os grandes credores acabam ficando nas mãos dos devedores. Precisamos ter uma consciência muito clara disso para não continuarmos submetidos às exigências dos banqueiros internacionais e do seu grande agente que é o FMI.”

— Você é contra o plano de estabilização do governo porque acha que ele congelou somente os salários dos trabalhadores, e porque não existe nenhuma providência com relação a cobrança de ágio pelos atacadistas. Se o PDT chegasse ao poder, que providências econômicas tomaria?

— A economia deveria se voltar inteiramente para o mercado interno para atender as necessidades do povo, em primeiro lugar. Depois, a nossa economia é muito dependente das grandes economias centrais, com 70% dela em mãos das multinacionais. Temos que, a partir da próxima Constituição, limitar rigorosamente os investimentos estrangeiros no País, e taxar com impostos elevados a atuação das empresas estrangeiras. Não devemos, também, admitir concorrência com similares nacionais, seja a nível da atividade privada ou estatal. É preciso que a Constituição estabeleça normas rígidas quanto a remessa de lucros dessas empresas para o exterior, que é o grande sangradouro a que estamos submetidos anualmente. Temos que liquidar com a concentração de renda excessiva que existe no País que, segundo dados da ONU, é a maior do mundo. O nosso salário mínimo também é o mais baixo do mundo, com países pobres como o Paraguai e Bolívia superando o que se paga



Pelúcio

aqui. Nos regimes capitalistas a distribuição de renda se faz com aumento de salário. É preciso acabar com essa baleia que o salário é fator de inflação. Se fosse assim, a inflação na ditadura não teria chegado a 200%.”

— Se eleito, qual a proposta principal que apresentará para o DF?

— “Um dos problemas mais graves daqui, sem dúvida, é a habitação. Mas esse problema se dá a nível nacional, e precisa constar da futura Assembleia Nacional Constituinte. Eu considero que o direito de moradia é direito do cidadão e que tem que estar disciplinado na Constituição de uma forma mínima para que a legislação ordinária que daí derivar não possa deixar de atender ao dispositivo constitucional. A partir daí, realizar projetos

em todo País que possibilite a doação do lote e da casa própria para os cidadãos que não os possuem, e tudo financiado pelo governo a preços acessíveis ao salário de cada um.

— E a questão dos transportes?

— “A solução definitiva deveria ser a encampação das empresas privadas de transporte e que a exploração do transporte coletivo seja feita pelo Estado. Através de impostos o Estado proveria as necessidades do transporte coletivo de modo a oferecer um sistema eficiente e barato aos trabalhadores. A encampação dessas empresas exige uma grande mobilização da opinião pública, e isso demandaria tempo. Mas tem medidas que podem surtir efeito imediato: a instituição do que se convencionou chamar tarifa social. Seria constituído em fundo com contribuições do Estado e contribuições da folha de pagamento das empresas. Com esse fundo, seria custeado cerca de 50% do custo das tarifas de transportes coletivos. Os trabalhadores pagariam a metade restante”.

Seria necessário, também, se instituir uma comissão que seria responsável pela fixação do valor dessas tarifas.

— A educação mereceria um tratamento especial na nova Constituição?

— “Sem dúvida. A nova Constituição deve dizer que ensino será público e gra-

tuito desde o primário até a universidade, e dar bolsas de estudos aos estudantes pobres.

— E a questão da saúde e da Previdência Social?

— “Entendo que se deve atribuir a assistência médica ao Ministério da Saúde, que tem muito poucas atribuições e não faz nada. Deve-se também distribuir um percentual substancial da arrecadação de impostos ao atendimento da saúde. A Previdência Social tem que estar definida na nova Constituição somente com a função de conceder aos segurados benefícios pecuniários como, por exemplo, o auxílio doença, que deve ser pago integral

— O que pensa sobre a situação das mulheres?

— “A situação das mulheres é grave. Elas hoje são um dos principais sustentáculos da família, com uma responsabilidade muito grande no orçamento familiar. Em muitos casos são o principal sustentáculo do orçamento familiar. Ombreando com os homens, elas não têm um tratamento correspondente e condigno. A nível das legislações do trabalho, civil e penal a mulher é tratada com discriminação com relação ao homem. Mas existe um segmento que merece atenção especial por parte dos legisladores da nova Constituição: as empregadas domésticas, que trabalham 8, 10, 15 horas por dia e não conhecem o

direito ao salário mínimo, ao pagamento de horas extras, não têm direito ao repouso remunerado, a férias de 30 dias, FGTS e estabilidade. Lutaremos por elas.

— E a questão de segurança no País?

— “Considero um dos problemas mais graves das populações dos grandes centros. Nós temos que dar garantia à população indefesa das cidades grandes com a enorme corporação policial que existe no País. Acho que a polícia militar em vez de ficar retida nos quartéis deveria ser colocada nas ruas. O mesmo deve ser feito com a polícia civil que fica nas repartições policiais.

— Você é favorável a estatização dos bancos?

— “A minha posição pessoal e a do meu partido é inteiramente favorável a estatização do sistema bancário brasileiro. Não so com relação aos oficiais como, também, aos particulares.

— Como você considera a situação da Justiça no País?

— “O fato é que a Justiça em nosso País continua muito morosa, em que pese os magistrados serem pessoas dignas e sérias. Hoje existe junto a opinião pública um grande descrédito com relação a Justiça. É necessário que se faça uma ampla reforma judiciária capaz de assegurar uma maior agilização no andamento dos processos.”